O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS EM UM CENÁRIO PÓS-PANDEMIA: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA DOS EFEITOS DO CRÉDITO E DO DESEMPREGO

The Indebtedness of Brazilian Families in a Post-Pandemic Scenario: An Econometric Analysis of the Effects of Credit and Unemployment

BEATRIZ VITÓRIA BARBOSA BOMFIM DOS SANTOS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FREDERICO OTAVIO SIROTHEAU CAVALCANTE
UFRJ

Comunicação:
O XIV SINGEP foi realizado em conjunto com a 14th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) e com a SPARK (Society for Promoting Academic Research and Knowledge), em formato híbrido, com sede presencial na UNINOVE - Universidade Nove de Julho, no Brasil.

O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS EM UM CENÁRIO PÓS-PANDEMIA: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA DOS EFEITOS DO CRÉDITO E DO DESEMPREGO

Objetivo do estudo
Analisar a influência do spread bancário, da taxa de desemprego, da inflação e da pandemia de COVID-19 sobre o endividamento das famílias brasileiras, utilizando um modelo econométrico aplicado a séries temporais no período de 2012 a 2024.

Relevância/originalidade
O estudo aplica tratamento econométrico para corrigir problemas de estacionaridade e autocorrelação, oferecendo evidências sobre a dinâmica do endividamento familiar e demonstrando como fatores macroeconômicos afetam seu comportamento no contexto brasileiro.

Metodologia/abordagem
Pesquisa quantitativa baseada em dados mensais do Banco Central do Brasil. Foi estimado um modelo de regressão linear múltipla por Mínimos Quadrados Ordinários, com teste Dickey-Fuller Aumentado, diferenciação das séries, variável defasada e teste de Durbin-Watson.

Principais resultados
Spread bancário e inflação apresentaram impacto positivo e significativo sobre o endividamento. O desemprego apresentou coeficiente negativo, indicando possível restrição ao crédito. A pandemia não foi significativa, sugerindo que seus efeitos foram absorvidos pelas demais variáveis macroeconômicas.

Contribuições teóricas/metodológicas
O estudo reforça a importância da modelagem econométrica em séries temporais, evidenciando que o tratamento de não estacionaridade e autocorrelação produz estimativas mais robustas e interpretações mais consistentes sobre os determinantes do endividamento das famílias.

Contribuições sociais/para a gestão
Os resultados subsidiam políticas públicas voltadas à estabilidade econômica, educação financeira e regulação do crédito, além de fornecerem evidências para gestores e formuladores de políticas na mitigação da vulnerabilidade financeira das famílias brasileiras.

Palavras-chave: Endividamento das famílias, crédito, desemprego, inflação, economia brasileira

The Indebtedness of Brazilian Families in a Post-Pandemic Scenario: An Econometric Analysis of the Effects of Credit and Unemployment

Study purpose
To analyze the influence of bank spreads, unemployment rates, inflation, and the COVID-19 pandemic on the indebtedness of Brazilian families, using an econometric model applied to time series data from 2012 to 2024.

Relevance / originality
The study applies econometric treatment to correct for stationarity and autocorrelation problems, offering evidence on the dynamics of household debt and demonstrating how macroeconomic factors affect its behavior in the Brazilian context.

Methodology / approach
Quantitative research based on monthly data from the Central Bank of Brazil. A multiple linear regression model was estimated using Ordinary Least Squares, with an Augmented Dickey-Fuller test, series differentiation, lagged variable, and Durbin-Watson test.

Main results
Bank spreads and inflation had a positive and significant impact on indebtedness. Unemployment showed a negative coefficient, indicating a possible restriction on credit. The pandemic was not significant, suggesting that its effects were absorbed by other macroeconomic variables.

Theoretical / methodological contributions
The study reinforces the importance of econometric modeling in time series, demonstrating that the treatment of non-stationarity and autocorrelation produces more robust estimates and more consistent interpretations of the determinants of household debt.

Social / management contributions
The results support public policies aimed at economic stability, financial education, and credit regulation, as well as providing evidence for managers and policymakers to help reduce the financial vulnerability of Brazilian families.

Keywords: Household debt, credit, unemployment, inflation, Brazilian economy

O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS EM UM CENÁRIO PÓS-PANDEMIA: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA DOS EFEITOS DO CRÉDITO E DO DESEMPREGO

1 Introdução

Durante a elaboração deste trabalho, foi utilizada a ferramenta de Inteligência Artificial, com o objetivo de processamento de dados e resultados quantitativos. O conteúdo gerado foi revisado e editado criticamente pelo(s) autor(es), que assume(m) a total responsabilidade pela integridade do trabalho final. Reconhecemos que IA não é autora e que a construção do trabalho foi pautado no respeito às normas de integridade científica, priorizando o pensamento crítico humano.

O endividamento das famílias tem se mostrado um fenômeno crescente em escala global. De acordo com Ferreira (2023), esse aumento expressivo é observado até mesmo em países considerados desenvolvidos, os quais apresentam índices entre os mais elevados do mundo. No Brasil, esse cenário também é evidente. A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), revela que, em 2010, 57% das famílias brasileiras estavam endividadas; esse número saltou para aproximadamente 78% em 2022 (CNC, 2022).

Em um ambiente de mercado cada vez mais competitivo, as empresas buscam constantemente otimizar seus recursos, sendo o crédito ao consumidor uma das principais estratégias utilizadas para atrair e fidelizar clientes. Contudo, segundo Daros e Pinto (2017), a facilitação do acesso ao crédito como vantagem competitiva tem, inadvertidamente, contribuído para o aumento da inadimplência, já que muitos consumidores acabam se tornando incapazes de honrar seus compromissos financeiros.

Santos (2019, p. 188) destaca que o acesso facilitado aos cartões de crédito, débito e de lojas foi um dos principais fatores responsáveis pela expansão do consumo nos últimos anos. O autor observa que o dinheiro em espécie e o cheque vêm sendo progressivamente substituídos pelos cartões, sobretudo pela praticidade e pela sensação de segurança que oferecem, elementos amplamente promovidos pelas empresas.

A partir de 2020, com a chegada da pandemia de COVID-19, os desafios econômicos e sociais tornaram-se ainda mais complexos. Werneck e Carvalho (2020) apontam que, em meio a um cenário de desigualdade social acentuada, marcado por precariedade habitacional, falta de saneamento básico e aglomerações, a pandemia encontrou a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, agravada por elevadas taxas de desemprego e cortes expressivos nas políticas públicas sociais.

Para o enfrentamento da emergência sanitária, o governo brasileiro sancionou a Lei nº 13.979/2020, que estabeleceu medidas como isolamento social e quarentena obrigatória, com o objetivo de conter a disseminação do vírus (BRASIL, 2020). Embora necessárias do ponto de vista sanitário, essas ações provocaram impactos significativos na economia nacional, especialmente sobre o setor de comércio e serviços.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no terceiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação no Brasil chegou a 14,6%, representando um aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e de 2,8 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2019. Já no primeiro trimestre de 2021, o número de desempregados ultrapassou a marca de 14,8 milhões de pessoas (Alvarenga; Silveira, 2021).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar a influência do desemprego e do acesso ao crédito sobre o endividamento das famílias brasileiras durante a pandemia da COVID-19. A justificativa para tal investigação se dá pela relevância social e econômica do

tema, uma vez que o endividamento compromete a estabilidade financeira e emocional das famílias, sobretudo em um contexto de crise sanitária e recessão econômica (Ferreira, 2023).

Este estudo busca contribuir teoricamente para o entendimento das relações entre desemprego, crédito e endividamento no Brasil, sobretudo durante a pandemia. Como contribuição prática, espera-se que os resultados obtidos sirvam de subsídio para a formulação de políticas públicas mais eficazes no enfrentamento do superendividamento e na proteção do consumidor em situações de vulnerabilidade (Ferreira, 2023).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 representa um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade nos tempos modernos. Em termos de impacto global, pode ser comparada a grandes catástrofes sanitárias da história, como a peste negra no século XIV, um surto bacteriano transmitido por pulgas de ratos contaminados, que vitimou entre 75 e 200 milhões de pessoas na Eurásia, incluindo cerca de um terço da população europeia. Outro evento similar em magnitude foi a gripe espanhola, entre 1918 e 1920, causada pelo vírus H1N1, que infectou aproximadamente 500 milhões de pessoas (cerca de 25% da população mundial da época) e levou à morte entre 50 e 100 milhões (Friede, 2020).

No Brasil, o primeiro caso oficial de COVID-19 foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020. Com a rápida disseminação do vírus, autoridades sanitárias e governamentais implementaram uma série de medidas restritivas, como o fechamento de comércios, suspensão de aulas presenciais, proibição de eventos e a adoção do isolamento social. Apenas serviços essenciais — como supermercados, farmácias e unidades de saúde — puderam manter seu funcionamento. Embora tais ações tenham sido fundamentais para conter a propagação do vírus, seus efeitos colaterais se estenderam profundamente à economia nacional (Friede, 2020).

A pandemia atingiu o Brasil em um momento de fragilidade social e econômica. De acordo com Werneck e Carvalho (2020), o país já enfrentava altas taxas de desemprego, acentuadas desigualdades sociais e cortes significativos em políticas públicas de assistência. A chegada do coronavírus intensificou essas vulnerabilidades, afetando principalmente os trabalhadores informais, autônomos e pequenos empreendedores, que foram diretamente impactados pelas medidas de restrição.

O desemprego aumentou drasticamente, e a renda familiar foi comprometida em milhares de lares. A insegurança alimentar, a informalidade e o endividamento passaram a compor a realidade de grande parte da população brasileira. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no terceiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação atingiu 14,6%, refletindo uma crise profunda no mercado de trabalho e nas estruturas sociais de apoio (IBGE, 2020).

Nesse contexto, o uso do crédito passou a ser, para muitas famílias, uma forma de manter o consumo básico e cobrir necessidades emergenciais. No entanto, o crédito, quando mal administrado ou usado como substituto da renda, pode gerar um ciclo de endividamento difícil de romper. Assim, medidas econômicas adotadas no período, como auxílios emergenciais e linhas de crédito especiais, se mostraram paliativas e, em muitos casos, insuficientes diante da amplitude dos impactos sociais (Friede, 2020).

É nesse cenário que se insere o presente estudo, cujo objetivo é analisar o endividamento das famílias brasileiras em um contexto pós-pandêmico, considerando os principais agravantes sociais que acentuaram essa realidade. A pandemia da COVID-19, ao exacerbar desigualdades históricas e expor falhas estruturais nas políticas sociais e econômicas do país, contribuiu para

um cenário alarmante de inadimplência, vulnerabilidade financeira e comprometimento da qualidade de vida de milhões de brasileiros (Costa, 2020).

2.2 Taxa de desemprego

A pandemia da COVID-19 trouxe consequências severas para o mercado de trabalho brasileiro, afetando, de forma mais intensa, as camadas mais vulneráveis da população. Os trabalhadores informais, sem vínculos empregatícios formais e sem acesso a direitos trabalhistas, foram os mais atingidos pelas medidas de distanciamento social. Grande parte dessa população vive em áreas precárias, com pouco ou nenhum acesso a serviços básicos, como água potável, moradia digna e atendimento de saúde adequado. Além disso, essas pessoas não contam com garantias como férias remuneradas, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), licença médica, maternidade ou seguro-desemprego (Costa, 2020).

Nesse cenário, muitos trabalhadores viram suas rendas desaparecem de forma repentina. Setores como o comércio, a indústria, o entretenimento e a cultura foram fortemente impactados pelo fechamento temporário das atividades. De acordo com Moraes (2020), inúmeros profissionais tiveram suas atividades completamente paralisadas, como vendedores ambulantes, operários de fábricas, artistas, produtores culturais e prestadores de serviços diversos. O fechamento de unidades produtivas e a redução da mobilidade urbana comprometem diretamente a geração de renda e a estabilidade financeira desses trabalhadores.

Os efeitos do isolamento social se mostraram desiguais entre os diversos setores da economia. Enquanto algumas atividades conseguiram se adaptar rapidamente ao modelo de trabalho remoto, utilizando recursos como computadores, internet e celulares, outras não puderam ser realizadas à distância. Serviços presenciais, que exigem contato direto com o público ou com equipamentos específicos, não puderam ser substituídos por plataformas digitais, acentuando a crise em determinadas categorias profissionais (Friede, 2020).

Diversos fatores contribuíram para o aumento da taxa de desemprego durante a pandemia. Entre os mais evidentes estão o fechamento de empresas, o aumento do número de falências, principalmente no setor de serviços e a redução de postos formais de trabalho, o que acabou ampliando a informalidade. Embora programas emergenciais de transferência de renda, como o auxílio emergencial, tenham ajudado a minimizar os impactos imediatos sobre as populações mais vulneráveis, esses benefícios foram temporários e insuficientes para garantir segurança financeira em longo prazo (Ferreira, 2023).

Além disso, o mercado de trabalho passou por um processo de adaptação, com a ampliação do home office e a transformação das demandas em setores específicos. A digitalização de processos e a necessidade de novas habilidades também contribuíram para uma reconfiguração no perfil de empregabilidade, o que acabou excluindo ainda mais aqueles sem acesso à educação tecnológica ou qualificação profissional (Ferreira, 2023).

O desemprego durante a pandemia não pode ser analisado apenas como consequência direta do vírus, mas como reflexo de um conjunto de desigualdades históricas que foram intensificadas em um momento de crise sanitária e econômica (Friede, 2020).

2.3 O Endividamento

O endividamento, em sua essência, refere-se à ação de contrair dívidas, ou seja, comprometer-se financeiramente com obrigações futuras. Segundo Ferreira (2006), o termo tem como base o verbo “endividar-se” e traz consigo o significado de comprometer-se com valores que ainda não foram quitados, sendo sinônimo de “empenhar-se” ou “encalacrar-se”. Em um sentido mais técnico, Marques e Frade (2003, p. 3) definem o endividamento como o “saldo devedor de um agregado familiar”, o que engloba todas as contas vencidas e a vencer.

Dessa forma, considerar tais dívidas como parte do endividamento é fundamental para evitar desequilíbrios nas finanças pessoais.

O fenômeno do endividamento pode ser influenciado por variáveis macroeconômicas, como recessão, inflação e aumento do desemprego — fatores normalmente fora do controle individual —, bem como por elementos microeconômicos, relacionados à forma como as famílias organizam seus orçamentos e tomam decisões financeiras (Mosca, 2009). Assim, é importante reconhecer que o endividamento não se restringe apenas à renda disponível, mas, principalmente, à maneira como cada indivíduo ou família administra suas receitas, despesas e possíveis investimentos, como destaca Cerbasi (2003).

Nos últimos anos, especialmente no período pós-pandemia, o Brasil observou um expressivo aumento no número de famílias endividadas. De acordo com uma pesquisa conduzida pela Serasa Experian em 2022, o principal fator associado ao endividamento foi o desemprego, responsável por impactar 64% das pessoas participantes da amostra. A pesquisa, que contou com a participação de mais de 5 mil brasileiros, também identificou que as dívidas mais frequentes estavam associadas ao uso do cartão de crédito. Aproximadamente 53% dos entrevistados afirmaram que suas dívidas se concentravam nesse tipo de crédito, atraídos pela facilidade de compra e pelos limites geralmente superiores à sua capacidade de pagamento real (SERASA, 2022).

Esse cenário revela uma armadilha financeira que atinge principalmente os consumidores com menor controle orçamentário: o uso indiscriminado de crédito rotativo e parcelamentos sem planejamento adequado. Além disso, é importante diferenciar o endividamento do chamado sobre-endividamento — quando as dívidas ultrapassam significativamente a capacidade de pagamento do indivíduo, levando à perda total de controle financeiro — e da inadimplência, que ocorre quando o consumidor deixa de cumprir os compromissos assumidos por conta de instabilidades em sua renda (Friede, 2020).

Segundo Andrade *et al*. (2008), a inadimplência está diretamente relacionada às variações na renda familiar, que afetam os limites orçamentários e expõem os consumidores ao risco de não conseguir honrar seus compromissos. Assim, a instabilidade econômica, somada à falta de educação financeira e à pressão social por consumo, contribui para o agravamento da situação das famílias brasileiras, que muitas vezes recorrem a empréstimos com juros elevados como forma de tentar equilibrar suas contas, caindo em um ciclo contínuo de dívidas (Friede, 2020).

2.4 O Crédito

O crédito representa uma importante ferramenta de inclusão econômica e acesso ao consumo, mas também pode ser um caminho perigoso para o endividamento, principalmente quando utilizado sem planejamento. De acordo com Filomeno (2016), o consumidor é aquele que adquire bens ou serviços como destinatário final, ou seja, que utiliza os recursos financeiros muitas vezes obtidos por meio do crédito para satisfazer necessidades e desejos pessoais. No entanto, o comportamento do consumidor vai além da racionalidade econômica. Como observam Pinto e Lara (2011), esse indivíduo também busca prazer, pertencimento e relações sociais, o que pode levá-lo a consumir impulsivamente, na tentativa de atender a expectativas subjetivas e simbólicas.

Quando essa dinâmica de consumo não é acompanhada por uma gestão financeira adequada, surgem desequilíbrios que afetam diretamente o orçamento familiar. Nesse contexto, a escassez de recursos não pode ser atribuída exclusivamente a decisões individuais, sendo também influenciada por fatores externos, como desemprego, problemas de saúde e eventos imprevistos, que comprometem a renda e ampliam a vulnerabilidade financeira das famílias.

As classes sociais de menor poder aquisitivo estão entre as mais afetadas pela oferta indiscriminada de crédito. Lopes (2012) afirma que, embora o acesso ao crédito possa representar um avanço em termos de poder de compra, ele também carrega riscos consideráveis. Muitas vezes, o cidadão de baixa renda, ao não conseguir cumprir os prazos de pagamento, acaba tornando-se inadimplente, acumulando dívidas e tendo seu nome inserido em cadastros de restrição ao crédito.

Entre os instrumentos mais comuns que levam ao descontrole financeiro está o cartão de crédito. De acordo com uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), publicada em 2021 pelo Monitor Mercantil, 81% dos entrevistados identificaram o mau uso do cartão como a principal causa de seus problemas financeiros, superando até mesmo os efeitos econômicos da pandemia, mencionada por 68% dos participantes. Isso demonstra que o uso imprudente do crédito rotativo, aliado à falta de educação financeira, tem contribuído significativamente para o crescimento do endividamento no país (Monitor Mercantil, 2021).

Embora o crédito seja um mecanismo importante para a movimentação da economia, seu uso inadequado pode levar a consequências graves, especialmente quando associado a contextos de vulnerabilidade social, baixa escolaridade financeira e instabilidade no mercado de trabalho. A conscientização do consumidor e a oferta de educação financeira se mostram, assim, como medidas fundamentais para mitigar os riscos e promover um uso mais responsável e sustentável do crédito no Brasil (Friede, 2020).

2.5 Educação financeira e sua importância no combate ao endividamento familiar

A educação financeira tem se consolidado como uma ferramenta essencial no enfrentamento ao endividamento das famílias brasileiras. Em um cenário econômico instável, agravado por crises sanitárias como a pandemia de COVID-19, a capacidade de planejar e controlar os gastos tornou-se uma habilidade indispensável para o equilíbrio financeiro doméstico. Compreender conceitos básicos como orçamento, consumo consciente, juros e crédito pode evitar decisões impulsivas que comprometem a renda familiar a longo prazo (Friede, 2020).

A ausência de conhecimento em finanças pessoais é um dos principais fatores que contribuem para o descontrole orçamentário. Muitas famílias desconhecem o impacto dos juros compostos em dívidas rotativas, especialmente em instrumentos como o cartão de crédito e o cheque especial. Essa falta de domínio sobre noções fundamentais de economia doméstica torna o consumidor vulnerável a práticas financeiras arriscadas, facilitando o acúmulo de dívidas e a inadimplência (Ferreira, 2023).

Nesse contexto, a contabilidade pessoal e familiar assume um papel central na organização das finanças. Por meio do controle sistemático de receitas e despesas, é possível identificar desequilíbrios, planejar gastos futuros e criar reservas financeiras. O uso de ferramentas simples, como planilhas de orçamento, cadernetas ou aplicativos de controle financeiro, pode ser um primeiro passo para estabelecer uma rotina saudável de consumo e poupança, prevenindo situações de sobre-endividamento (Friede, 2020).

Além disso, políticas públicas voltadas à inclusão da educação financeira nas escolas e comunidades são fundamentais para formar cidadãos mais conscientes economicamente. Iniciativas que incentivem a capacitação financeira desde a infância podem gerar impactos duradouros, promovendo uma cultura de planejamento e responsabilidade financeira. O estímulo à autonomia financeira deve ser compreendido como parte das estratégias de redução das desigualdades sociais e fortalecimento da cidadania (Ferreira, 2023).

Os profissionais da contabilidade têm um papel relevante na promoção da educação financeira, especialmente junto a famílias de baixa renda e pequenos empreendedores. Ao

oferecer orientação técnica sobre planejamento orçamentário, fluxo de caixa e alternativas para negociação de dívidas, os contadores contribuem não apenas para a saúde financeira individual, mas também para o fortalecimento da economia local. Assim, a atuação contábil ultrapassa os limites empresariais e se torna uma ferramenta de transformação social (Friede, 2020).

A partir da discussão teórica apresentada, torna-se possível analisar empiricamente a relação entre crédito, desemprego e endividamento das famílias brasileiras. Dessa forma, a seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

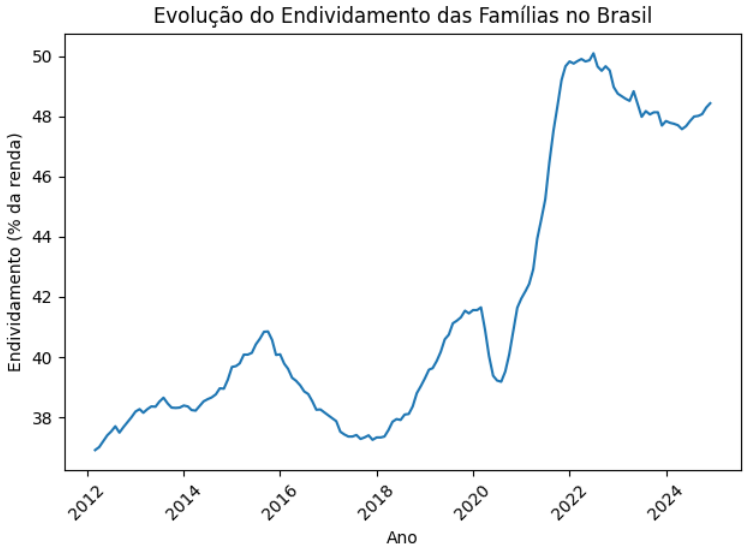
3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quantitativa e objetivos descritivos e explicativos, tendo como foco a análise do endividamento das famílias brasileiras no período pós-pandemia.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. Os dados utilizados foram obtidos a partir do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central do Brasil, que compila informações macroeconômicas provenientes de diferentes instituições, como IBGE e outras entidades oficiais.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período entre 2012 e 2024, permitindo a análise comparativa entre os contextos pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico.
Inicialmente, foi realizada uma análise descritiva dos dados, com o objetivo de identificar tendências, padrões e possíveis mudanças estruturais nas variáveis analisadas. Para isso, foram construídos gráficos que permitem a visualização do comportamento do endividamento das famílias, da taxa de desemprego e do spread bancário ao longo do período.

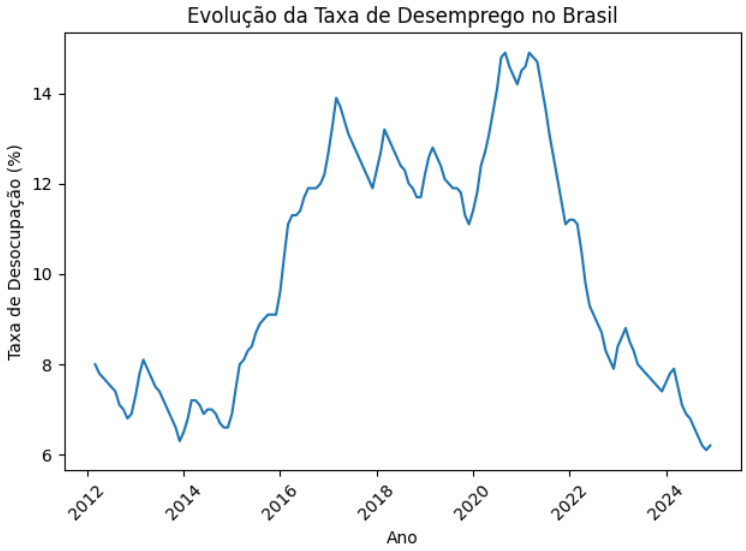
Gráfico 1 – Evolução do endividamento das famílias brasileiras em relação à renda (2012–2024)



Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central.

Observa-se um crescimento significativo do endividamento das famílias a partir de 2020, coincidindo com o período da pandemia de COVID-19. Esse comportamento sugere que a crise sanitária provocou maior dependência do crédito por parte das famílias.

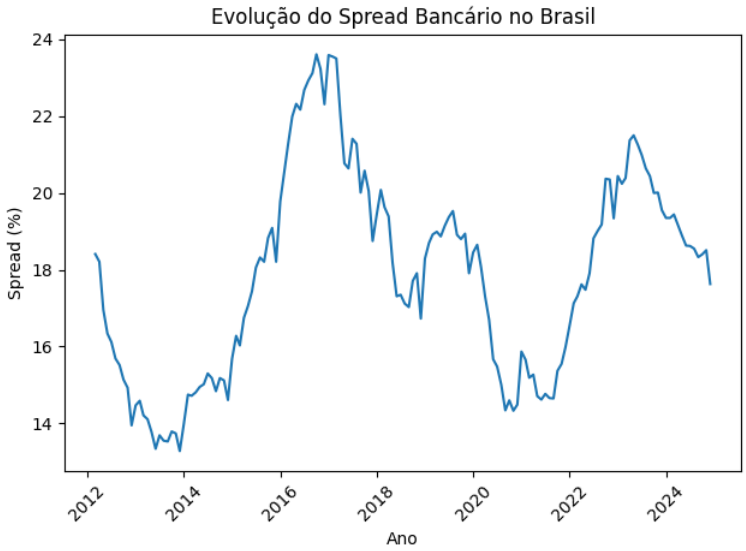
Gráfico 2 – Evolução da taxa de desocupação no Brasil (2012–2024).



Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central.

A taxa de desemprego apresentou elevação expressiva durante o período pandêmico, atingindo valores próximos de 15%. Esse aumento refletiu a desaceleração econômica e a paralisação de diversas atividades produtivas.

Gráfico 3 – Evolução do spread bancário no Brasil (2012–2024)



Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central.

O spread bancário apresentou oscilações ao longo do período analisado, refletindo mudanças nas condições macroeconômicas e no risco de crédito percebido pelas instituições financeiras.

A análise descritiva apresentada permite identificar relações visuais importantes entre as variáveis. Entretanto, para avaliar estatisticamente tais relações, foi conduzida uma análise econométrica.

Antes da estimação do modelo, foi realizada a verificação da estacionaridade das séries temporais por meio do teste Dickey-Fuller aumentado (ADF). Os resultados indicaram que algumas variáveis, como endividamento, taxa de desemprego e inflação, apresentavam comportamento não estacionário em nível, o que poderia comprometer a validade das estimativas devido ao risco de regressões espúrias.

Diante disso, optou-se pela transformação das variáveis em primeira diferença, conforme a expressão:

$$\Delta X_t = X_t - X_{t-1}$$

Essa transformação tem como objetivo eliminar tendências e tornar as séries estacionárias, permitindo uma análise mais robusta das relações entre as variáveis. Ressalta-se que a variável dummy referente à pandemia não foi diferenciada, por se tratar de uma variável qualitativa.

O modelo econométrico estimado é representado pela seguinte equação:

$$\Delta END_t = \beta_0 + \beta_1(\Delta SPR_t) + \beta_2(\Delta DES_t) + \beta_3(\Delta IPCA_t) + \beta_4(PAN_t) + \beta_5(\Delta END_{t-1}) + \varepsilon_t$$

Onde:
- ΔEND_t: Variação do endividamento das famílias no período *t*
- ΔSPR_t: Variação do spread bancário no período *t*
- ΔDES_t: Variação da taxa de desemprego no período *t*
- $\Delta IPCA_t$: Variação da inflação (IPCA) no período *t*
- PAN_t: Variável dummy para a pandemia (1 para o período de março de 2020 a dezembro de 2021, e 0 para os demais períodos)
- ΔEND_{t-1}: Variação defasada do endividamento (período anterior)
- β_0: Termo constante
- β_1, β_2, β_3, β_4, β_5: Coeficientes estimados do modelo
- ε_t: Termo de erro aleatório

Em que a variável dependente representa a variação do endividamento das famílias, enquanto as variáveis independentes correspondem às variações do spread bancário, da taxa de desemprego e da inflação (IPCA), além da variável dummy para a pandemia e da defasagem da própria variável dependente.

No que se refere à seleção das variáveis explicativas, optou-se por não incluir diretamente a taxa básica de juros (Selic) no modelo econométrico. Essa decisão fundamenta-se na elevada correlação existente entre a Selic e o spread bancário, variável já incorporada na análise.

Considerando que o spread reflete, entre outros fatores, o custo de captação das instituições financeiras, fortemente influenciado pela taxa básica de juros, entende-se que essa variável já incorpora, de forma indireta, os efeitos da política monetária sobre o custo do crédito.

Dessa forma, a inclusão simultânea da Selic e do spread poderia gerar problemas de multicolinearidade, comprometendo a precisão das estimativas e a interpretação dos coeficientes do modelo.

Tabela 1 – *Descrição das variáveis utilizadas no modelo econométrico*

Variável	Tipo	Definição	Unidade de medida	Fonte	Sinal esperado
Endividamento das famílias	Dependente	Percentual do endividamento das famílias em relação à renda acumulada nos últimos 12 meses	Percentual (%)	Banco Central do Brasil	—

Spread bancário	Independente	Diferença entre a taxa média de juros cobrada nas operações de crédito e o custo de captação das instituições financeiras	Percentual (%)	Banco Central do Brasil	+
IPCA	Independente	Variação da inflação	Percentual (%)	Banco Central do Brasil	+
Taxa de desemprego	Independente	Percentual da população economicamente ativa que se encontra desocupada	Percentual (%)	Banco Central do Brasil	+
Pandemia	Variável dummy	Variável indicadora do período da pandemia de COVID-19, assumindo valor 1 para o período pandêmico e 0 para os demais períodos	Dummy (0 ou 1)	Elaboração própria com base no período da pandemia	+
Endividamento (t-1)	Defasada	Variação passada do endividamento	Percentual (%)	Elaboração própria	+

Nota: Elaboração própria.

A estimação do modelo foi realizada por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Para avaliar a robustez dos resultados, foram analisados os coeficientes estimados, seus níveis de significância estatística e o coeficiente de determinação (R^2).

Adicionalmente, foi realizada a análise dos resíduos por meio do teste de Durbin-Watson, o qual apresentou valor próximo de 2, indicando ausência de autocorrelação serial. Esse resultado representa uma melhora significativa em relação ao modelo inicial estimado em nível, reforçando a adequação da especificação adotada.

Por fim, destaca-se que, apesar dos cuidados metodológicos adotados, o modelo apresenta limitações inerentes ao uso de dados agregados e à possível omissão de variáveis relevantes, o que deve ser considerado na interpretação dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 2 apresenta os resultados da regressão linear múltipla estimada para verificar os efeitos do spread bancário, da taxa de desemprego e da pandemia sobre o endividamento das famílias brasileiras no período analisado.

Tabela 2 - *Resultados da regressão linear múltipla para o endividamento das famílias brasileiras.*

Variável	Coeficiente	Erro-padrão	t	p-valor	Interpretação
ΔEND_t	0.0277	0.023	1.20	.230	Não significativa
ΔSPR_t	0.0848	0.031	2.74	.007	Positiva e significativa
ΔDES_t	-0.1403	0.062	-2.26	.025	Negativa e significativa
ΔIPCA	0.1226	0.036	3.37	.001	Positiva e significativa

PAN_t	0.0450	0.039	1.15	.250	Não significativa
ΔEND_{t-1}	0.5657	0.068	8.30	< .001	Positiva e significativa

Nota: MQO = Mínimos Quadrados Ordinários. Dados obtidos no Banco Central do Brasil. $p < .05$ (), $p < .01$ (), $p < .001$ ().

Complementarmente, a Tabela 3 apresenta os principais indicadores do modelo econométrico, incluindo o coeficiente de determinação (R^2), a estatística F e o teste de Durbin-Watson, utilizados para avaliar o ajuste e a robustez do modelo.

Tabela 3 - *Indicadores*

Indicador	**Valor**
Número de observações	152
R^2	.543
R^2 ajustado	.528
F	36.42
p (F)	< .001
Durbin-Watson	2,13

Nota: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

Os resultados indicam que o modelo apresenta bom poder explicativo, sendo capaz de explicar aproximadamente 54,3% da variação do endividamento das famílias brasileiras. A estatística F confirma a significância global do modelo ao nível de 5%.

Destaca-se que o valor do teste de Durbin-Watson (2,13) indica ausência de autocorrelação serial nos resíduos, representando uma melhora significativa em relação ao modelo estimado em nível, que apresentava forte autocorrelação. Esse resultado reforça a adequação da especificação econométrica adotada.

No que se refere às variáveis explicativas, o spread bancário apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo, indicando que o aumento no custo do crédito está associado ao crescimento do endividamento das famílias. Esse resultado está em consonância com a literatura, que aponta o crédito como fator relevante na dinâmica do consumo.

A inflação, representada pelo IPCA, também apresentou coeficiente positivo e significativo, sugerindo que o aumento do nível geral de preços reduz o poder de compra das famílias, incentivando o uso do crédito como forma de compensação da perda de renda real.

A variável defasada do endividamento apresentou coeficiente positivo e altamente significativo, evidenciando a presença de persistência temporal. Esse resultado indica que o comportamento do endividamento ocorre de forma dinâmica, sendo influenciado pelas variações ocorridas em períodos anteriores.

Por outro lado, a taxa de desemprego apresentou coeficiente negativo. Embora estatisticamente significativo, o coeficiente apresentou sinal contrário ao esperado pela teoria econômica. Esse resultado diverge da expectativa teórica inicial, podendo ser interpretado como reflexo de restrições no acesso ao crédito em períodos de maior desocupação, uma vez que o aumento do risco de inadimplência tende a limitar a concessão de crédito pelas instituições financeiras.

A variável dummy referente à pandemia não apresentou significância estatística no modelo final, sugerindo que seus efeitos podem estar sendo capturados indiretamente pelas demais variáveis macroeconômicas incluídas no modelo.

Por fim, ressalta-se que a utilização de variáveis em primeira diferença e a inclusão da defasagem contribuíram para a obtenção de estimativas mais robustas, corrigindo problemas de autocorrelação e não estacionaridade identificados no modelo inicial.

4.1 Evolução do Spread Médio Bancário

A evolução do spread médio bancário no Brasil entre 2012 e 2024 evidencia oscilações relevantes no custo do crédito ao consumidor. O spread bancário corresponde à diferença entre a taxa de juros cobrada nas operações de crédito e o custo de captação das instituições financeiras, sendo um indicador importante do funcionamento do sistema financeiro e da percepção de risco pelas instituições.

Ao longo do período analisado, observa-se que o spread apresentou variações associadas às condições macroeconômicas do país. Em 2012, o indicador situava-se em torno de 18,4 pontos percentuais (p.p.), apresentando redução até 2013, quando atingiu aproximadamente 13,28 p.p., refletindo um cenário de maior estabilidade econômica.

A partir de 2015, entretanto, o spread voltou a crescer de forma significativa, alcançando níveis superiores a 23 p.p. em 2016, período marcado pela crise econômica brasileira e pelo aumento da percepção de risco por parte das instituições financeiras. De acordo com Daros e Pinto (2017), mesmo com a ampliação do acesso ao crédito, o aumento do risco de inadimplência tende a elevar as taxas praticadas pelos bancos.

Durante a pandemia de COVID-19, em 2020 e 2021, observa-se uma redução temporária do spread para níveis próximos de 15 p.p., resultado das políticas de estímulo econômico e da flexibilização monetária adotadas no período. No entanto, mesmo com essa redução, a queda da renda e o aumento do desemprego contribuíram para ampliar a vulnerabilidade financeira das famílias (Friede, 2020).

No período pós-pandêmico, a partir de 2022, o spread voltou a apresentar elevação, superando novamente 20 p.p. em alguns momentos, o que indica uma recomposição das margens bancárias e maior cautela das instituições financeiras diante do risco de crédito. Assim, a evolução do spread evidencia que o custo do crédito no Brasil permanece elevado e sensível às oscilações econômicas, fator que pode contribuir para o aumento do endividamento das famílias, especialmente em contextos de instabilidade econômica.

4.2 Taxa de Desemprego

A evolução da taxa de desocupação no Brasil entre 2012 e 2024 evidencia importantes transformações no mercado de trabalho e seus impactos sobre a renda das famílias. O desemprego constitui um dos principais indicadores do bem-estar econômico, refletindo não apenas a disponibilidade de postos de trabalho, mas também a estabilidade das condições sociais e produtivas do país.

No início do período analisado, em 2012, a taxa de desemprego situava-se em torno de 8%, mantendo relativa estabilidade até 2014, quando os índices variavam entre 6,5% e 7%. Entretanto, a partir de 2015, observa-se deterioração do mercado de trabalho, com a taxa de desocupação alcançando 13,9% em março de 2017, reflexo da recessão econômica e da instabilidade macroeconômica enfrentada pelo país.

Com a chegada da pandemia de COVID-19, o cenário tornou-se ainda mais crítico. Entre 2020 e 2021, a taxa de desemprego ultrapassou 14%, atingindo aproximadamente 14,9% no primeiro trimestre de 2021, segundo dados do IBGE. Esse período foi marcado por paralisação de atividades econômicas, perda de renda e aumento da vulnerabilidade social, especialmente entre trabalhadores informais e autônomos (Alvarenga; Silveira, 2021; Costa, 2020).

Embora programas emergenciais tenham sido implementados para mitigar os efeitos da crise, seus impactos foram limitados diante da magnitude da recessão econômica. Como destaca Ferreira (2023), muitas famílias passaram a recorrer ao crédito para custear despesas básicas, contribuindo para o aumento do endividamento no período.

A partir de 2022 observa-se uma recuperação gradual do mercado de trabalho, com a taxa de desocupação recuando para aproximadamente 6,2% em 2024. Ainda assim, essa melhora quantitativa não foi suficiente para reduzir significativamente o nível de endividamento das famílias, uma vez que grande parte dos empregos gerados apresenta menor estabilidade e remuneração. Assim, a trajetória do desemprego no período analisado evidencia sua forte relação com a perda de renda e com o aumento da vulnerabilidade financeira das famílias brasileiras.

4.3 Endividamento Familiar em Relação à Renda

O comportamento do endividamento das famílias brasileiras em relação à renda constitui um importante indicador da sustentabilidade financeira dos lares. Essa relação permite avaliar o grau de comprometimento da renda com obrigações financeiras e identificar possíveis riscos de inadimplência ou superendividamento.

No início do período analisado, em 2012, o nível de endividamento das famílias situava-se em aproximadamente 36,9%. Nos anos seguintes, observa-se crescimento gradual, mantendo-se abaixo de 42% até o final de 2019. Esse aumento moderado pode ser associado à ampliação do acesso ao crédito e à maior bancarização da população.

A partir de 2020, entretanto, verifica-se uma mudança significativa nesse comportamento. Em janeiro daquele ano, o endividamento encontrava-se em torno de 41,5%, passando a crescer de forma mais acelerada durante o período da pandemia de COVID-19. Em dezembro de 2021, o indicador já ultrapassava 49%, refletindo os impactos da perda de renda, do aumento do desemprego e da maior dependência do crédito por parte das famílias.

De acordo com dados da Serasa (2022), grande parte das dívidas contraídas nesse período esteve associada ao uso do cartão de crédito, frequentemente utilizado como alternativa para custear despesas básicas. Esse movimento evidencia que, em contextos de crise econômica, o crédito passa a desempenhar papel de substituto da renda, contribuindo para o aumento do endividamento (Friede, 2020).

O índice de endividamento atingiu seu pico em julho de 2022, quando alcançou aproximadamente 50,09%. A partir desse momento, observa-se leve redução, embora os níveis permaneçam elevados. Em dezembro de 2024, o indicador ainda se encontrava acima de 48%, valor significativamente superior ao observado antes da pandemia.

Esse comportamento indica que os impactos da crise sanitária sobre as finanças das famílias foram estruturais, prolongando os efeitos do endividamento mesmo após a recuperação parcial do mercado de trabalho. Assim, a evolução do endividamento familiar evidencia a forte relação entre renda, acesso ao crédito e vulnerabilidade econômica.

4.4 Variável Dummy: Impacto da Pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 representou um choque econômico significativo para a economia brasileira, afetando diretamente o mercado de trabalho, a renda das famílias e as condições de crédito. Diante desse contexto, optou-se pela inclusão de uma variável dummy no modelo econométrico, com o objetivo de capturar os efeitos específicos desse período sobre o comportamento do endividamento das famílias.

A variável dummy pandemia foi construída de forma binária, assumindo valor igual a 1 para o período compreendido entre março de 2020 e dezembro de 2021, intervalo

correspondente às principais fases de impacto da pandemia no Brasil, e valor igual a 0 para os demais períodos da amostra.

A utilização de variáveis dummy em modelos econométricos permite isolar efeitos estruturais ou eventos específicos que não são capturados por variáveis quantitativas contínuas. No caso da pandemia, sua inclusão busca representar mudanças abruptas nas condições econômicas, como a elevação do desemprego, a redução da renda e a implementação de políticas públicas emergenciais, como o auxílio emergencial.

Na análise descritiva, observou-se que o período da pandemia coincidiu com um aumento expressivo do endividamento das famílias, sugerindo maior dependência do crédito em um contexto de instabilidade econômica. No entanto, ao incorporar a variável dummy no modelo econométrico final, verificou-se que seu coeficiente não apresentou significância estatística.

Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que os efeitos da pandemia não se manifestam de forma isolada, mas sim por meio de alterações em variáveis macroeconômicas fundamentais já incluídas no modelo. Durante o período pandêmico, houve mudanças expressivas na taxa de desemprego, na inflação e nas condições de crédito, variáveis que capturam diretamente os canais de transmissão do choque econômico provocado pela crise sanitária.

Do ponto de vista econométrico, isso sugere que a variável dummy pode estar compartilhando informação com essas variáveis contínuas, o que reduz sua capacidade de explicar adicionalmente a variação do endividamento. Em outras palavras, parte do efeito que se esperaria captar com a dummy já está sendo absorvida pelas variações do desemprego, da inflação e do spread bancário, fenômeno conhecido na literatura econométrica como sobreposição de informação entre variáveis explicativas.

Além disso, destaca-se que a pandemia não produziu apenas efeitos negativos homogêneos, mas também desencadeou políticas públicas de mitigação, como transferências de renda e estímulos ao crédito, que atuaram no sentido de suavizar seus impactos sobre o endividamento das famílias. Esse efeito ambíguo — combinando choques adversos e medidas compensatórias — pode contribuir para a redução da significância estatística da variável dummy no modelo.

Dessa forma, conclui-se que a pandemia desempenhou papel relevante no contexto econômico analisado, porém seus efeitos sobre o endividamento das famílias se manifestam predominantemente de forma indireta, por meio de variáveis macroeconômicas estruturais que refletem as condições reais de renda, emprego e crédito ao longo do período.

4.5 Inter-relação entre Crédito, Desemprego e Endividamento

A análise conjunta das variáveis permite compreender de forma mais ampla a dinâmica do endividamento das famílias brasileiras ao longo do período estudado, evidenciando a influência das condições macroeconômicas sobre o comportamento financeiro dos consumidores.

A análise gráfica demonstra que o endividamento das famílias apresentou crescimento mais acentuado a partir de 2020, período marcado pela pandemia de COVID-19. Esse comportamento coincidiu com o aumento da taxa de desemprego e com oscilações no spread bancário, refletindo um cenário de maior vulnerabilidade econômica e maior dependência do crédito.

O spread bancário mostrou-se diretamente relacionado ao aumento do custo do crédito, fator que contribui para o crescimento do endividamento, sobretudo em períodos de perda de renda. A inflação, representada pelo IPCA, também exerce influência relevante, uma vez que reduz o poder de compra das famílias e incentiva a utilização do crédito para manutenção do

consumo. Em relação ao desemprego, embora a teoria econômica indique uma relação positiva com o endividamento, os resultados sugerem que o aumento da desocupação pode restringir o acesso ao crédito, em razão da maior seletividade das instituições financeiras diante do risco de inadimplência.

Os resultados da análise econométrica corroboram as evidências observadas na análise descritiva. O spread bancário e a inflação apresentaram impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o endividamento, enquanto a variável defasada confirmou a existência de persistência temporal, indicando que o comportamento do endividamento é influenciado por sua própria trajetória. Em contrapartida, a taxa de desemprego apresentou coeficiente negativo, reforçando a hipótese de restrição ao crédito em períodos de maior desocupação.

Em relação à pandemia, embora sua influência seja perceptível na análise gráfica, a variável dummy não apresentou significância estatística, indicando que seus efeitos podem ter sido absorvidos pelas demais variáveis macroeconômicas do modelo, especialmente desemprego, inflação e spread bancário.

De forma geral, os resultados evidenciam que o endividamento das famílias brasileiras resulta da interação entre fatores macroeconômicos e da dinâmica do mercado de crédito, sendo influenciado tanto pelas condições econômicas contemporâneas quanto pelo comportamento passado da própria variável. Esses achados reforçam a importância de modelos dinâmicos para compreender a evolução do endividamento das famílias.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os fatores determinantes do endividamento das famílias brasileiras no período de 2012 a 2024, com ênfase no impacto de variáveis macroeconômicas, como o spread bancário, a taxa de desemprego, a inflação e os efeitos da pandemia de COVID-19.

A análise descritiva permitiu identificar um aumento significativo do endividamento das famílias a partir de 2020, período marcado por instabilidade econômica, elevação do desemprego e mudanças nas condições de crédito. Esse cenário evidenciou a maior dependência das famílias em relação ao crédito como forma de manutenção do consumo diante da redução da renda.

Do ponto de vista econométrico, foram testadas diferentes especificações de modelos, incluindo regressões em nível, modelos com defasagem e modelos com variáveis em primeira diferença. Inicialmente, verificaram-se problemas de autocorrelação e não estacionaridade, o que poderia comprometer a validade dos resultados.

Diante disso, optou-se pela utilização de um modelo em primeira diferença com inclusão de uma defasagem da variável dependente, o qual apresentou melhor desempenho estatístico. Esse modelo permitiu corrigir problemas econométricos relevantes, evidenciados pela ausência de autocorrelação serial nos resíduos (Durbin-Watson próximo de 2), além de garantir maior robustez nas estimativas.

Os resultados obtidos indicam que o spread bancário e a inflação possuem impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o crescimento do endividamento das famílias, evidenciando que o aumento do custo do crédito e a perda do poder de compra contribuem para a maior utilização de recursos financiados.

Adicionalmente, a presença de significância da variável defasada do endividamento confirma a existência de persistência temporal, indicando que o comportamento do endividamento ocorre de forma dinâmica, sendo influenciado por períodos anteriores.

Por outro lado, a taxa de desemprego apresentou coeficiente negativo, resultado que diverge da expectativa teórica inicial. No entanto, esse comportamento pode ser interpretado como reflexo de restrições no acesso ao crédito em períodos de maior desocupação, uma vez

que o aumento do risco de inadimplência tende a limitar a concessão de crédito pelas instituições financeiras.

No que se refere à pandemia, embora tenha sido possível observar seu impacto na análise descritiva, os resultados econométricos indicaram que sua influência não foi estatisticamente significativa no modelo final, possivelmente por estar incorporada nas demais variáveis macroeconômicas analisadas.

De forma geral, conclui-se que o endividamento das famílias brasileiras é resultado da interação entre fatores macroeconômicos e da dinâmica do mercado de crédito, sendo influenciado tanto pelas condições econômicas atuais quanto pelo comportamento passado das famílias.

Como limitação do estudo, destaca-se a não inclusão da taxa básica de juros (Selic) no modelo econométrico. Essa decisão metodológica foi adotada em razão da elevada correlação dessa variável com o spread bancário, já incorporado na análise, de modo a evitar problemas de multicolinearidade e garantir maior robustez nas estimativas.

Nesse sentido, entende-se que o spread bancário capta, ainda que de forma indireta, os efeitos da política monetária sobre o custo do crédito e, consequentemente, sobre o endividamento das famílias.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o modelo econométrico, incorporando novas variáveis e explorando metodologias mais avançadas, como modelos de séries temporais multivariadas, a fim de aprofundar a compreensão sobre o endividamento das famílias no Brasil.

Referências

Alvarenga, D., & Silveira, D. (2021). *Desemprego sobe para 14,7% no 1º trimestre e atinge o recorde de 14,8 milhões de brasileiros*. G1 Economia. https://g1.globo.com/google/amp/economia/noticia/2021/05/27/desemprego-atinge-147percent-no-1o-trimestre-diz-ibge.ghtml

Bispo, M. de S. (2023). Contribuições teóricas, práticas, metodológicas e didáticas em artigos científicos. *Revista de Administração Contemporânea*. https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023220256.por

Cerbasi, G. (2003). *Dinheiro: Os segredos de quem tem*. Editora Gente.

Confederação Nacional do Comércio. (2022). *Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC): Perfil do endividamento anual 2022*. https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-perfil-do-endividamento-anual-2022/

Costa, S. da S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*. https://doi.org/10.1590/0034-761220200170

Daros, M., & Pinto, N. G. M. (2017). Inadimplência no Brasil: Uma análise das evidências empíricas. *Revista de Administração IMED, 7*(1), 208–229. https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/1601

Ferreira, C. C. de O. (2023). Endividamento da classe trabalhadora no Brasil: Elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho. *Serviço Social & Sociedade*. https://doi.org/10.1590/0101-6628.338

Ferreira, R. (2006). *Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro: Manual de finanças pessoais*. IOB Thomson.

Filomeno, J. G. B. (2016). *Manual de direitos do consumidor* (14ª ed.). Atlas.

Friede, R. (2020). Uma reflexão sobre as medidas iniciais adotadas no combate à COVID-19 no Brasil. *Revista Augustus*, *25*(51), 15–30. https://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/353/3531435013/html/

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – terceiro trimestre de 2020*. https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421

Lopes, G. de O. (2012). *Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: O impacto de indicadores macroeconômicos* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. http://repositorio.unb.br/handle/10482/11133

Monitor Mercantil. (2026). *Cartão de crédito é o maior vilão do endividamento dos brasileiros*. https://monitormercantil.com.br/cartao-de-credito-e-maior-vilao-do-endividamento-dos-brasileiros/

Moraes, R. F. de. (2020). *Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia: Garantia da renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva* (Nota Técnica nº 27). Ipea. http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9836

Mosca, A. (2009). *Finanças comportamentais: Gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos*. Elsevier.

Pereira, P. A. M. (2022). *O endividamento das famílias brasileiras frente à pandemia da COVID-19* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Ouro Preto]. Repositório Institucional da UFOP. http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3928

Pinto, M. de R., & Lara, J. E. (2011). As experiências de consumo na perspectiva da teoria da cultura do consumo: Identificando possíveis interlocuções e propondo uma agenda de pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR*, *9*(1), 37–56. https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100004

Santos, F. R. dos, & Pereira, C. da S. (2019). Do escambo ao pagamento por meio eletrônico: Análise do mercado de cartões de crédito no Brasil. *Revista Geografia em Atos*. https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6079/pdf

Serasa Experian. (2022). *Pesquisa de endividamento do consumidor brasileiro 2022*. https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/

Werneck, G. L., & Carvalho, M. S. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: Crônica de uma crise sanitária. *Cadernos de Saúde Pública*. https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820